

ÍNDICE GERAL

TÍTULO I A PROBLEMÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I SENTIDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1.º Formação e evolução

1. Noção de direitos fundamentais	7
2. Os direitos fundamentais na história	12
3. A evolução até ao Estado moderno	15
4. Da centralização do poder ao constitucionalismo	19
5. Do Estado liberal ao Estado social	24
6. Direitos fundamentais e regimes políticos no século XXI.	30
7. O Estado social, hoje	35
8. A justiça constitucional e os direitos fundamentais	39
9. Os direitos das pessoas para além do Estado	40
10. Gerações futuras e sustentabilidade.	46
11. Direitos fundamentais das gerações futuras?.	51

§ 2.º Conceções de direitos fundamentais

12. As Igrejas Cristãs perante os direitos da pessoa humana	55
13. Outras religiões e outras áreas civilizacionais	58
14. Universalismo e multiculturalismo	61

15. As atitudes filosóficas subjacentes às concepções de direitos das pessoas	65
16. Direitos e valores	69
17. Os sistemas teórico-jurídicos	74

CAPÍTULO II CONCEITOS AFINS E CATEGORIAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1.º

Direitos fundamentais e conceitos afins

18. Direitos fundamentais e direitos subjetivos públicos	79
19. Direitos fundamentais e direitos de personalidade.	82
20. Direitos fundamentais e situações funcionais.	86
21. Direitos fundamentais e direitos dos povos	91
22. Direitos fundamentais e interesses difusos	94
23. Direitos fundamentais e interesses legítimos	99
24. Direitos fundamentais e garantias institucionais	99
25. Direitos fundamentais e deveres fundamentais.	102

§ 2.º

Categorias de direitos fundamentais

26. As classificações	109
27. <i>Status libertatis, status civitatis e status activae civitatis</i>	110
28. Direitos de agir e direitos de exigir	112
29. Direitos de existência, de liberdade, de participação, a prestações e de defesa.	113
30. Direitos de liberdade e direitos sociais.	115
31. Sentido da distinção	120
32. Sentido da distinção (cont.)	125
33. As vertentes positivas e negativas dos direitos	130
34. A dupla natureza dos direitos ambientais	134
35. Direitos fundamentais individuais e direitos fundamentais institucionais	136
36. Direitos de exercício individual, de exercício coletivo e de exercício individual e coletivo simultaneamente	142
37. Direitos fundamentais comuns e direitos fundamentais particulares . .	143

38. Direitos do homem, do cidadão e do trabalhador	145
39. Direitos pessoais, sociais e políticos.	146
40. Direitos gerais e direitos especiais	149
41. Direitos fundamentais materiais e direitos fundamentais procedimentais	149
42. Direitos e garantias	151
43. Direitos fundamentais relativos e absolutos?	155

TÍTULO II DIREITOS FUNDAMENTAIS E SISTEMAS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I RELANCE COMPARATIVO

44. Sequência	157
45. Comparação de Constituições de alguns Estados	160
46. Comparação das Constituições portuguesas	167
47. Os direitos fundamentais na Constituição de 1976.	170

CAPÍTULO II O ATUAL SISTEMA PORTUGUÊS

48. A Constituição e os direitos fundamentais	179
49. O tratamento sistemático dos direitos	181
50. A abertura a novos direitos fundamentais	185
51. A abertura a novos direitos fundamentais (cont.).	190
52. Os deveres na Constituição.	201
53. A interpretação e a integração de harmonia com a Declaração Universal	211
54. O art. 29.º, n.º 2, da Declaração Universal e os limites ao exercício de direitos	217

CAPÍTULO III FUNDAMENTO DO SISTEMA

55. A dignidade da pessoa humana, fundamento da República	225
---	-----

56. A dignidade da pessoa humana na Constituição	232
57. A dignidade da pessoa humana individual e concreta	234
58. Dignidade da pessoa e dignidade da vida	234
59. Dimensão da dignidade (cont.)	243
60. Dimensões da dignidade (cont.)	243
61. Dimensões da dignidade (cont.)	244
62. Dimensões da dignidade (cont.)	245
63. Dimensões da dignidade (cont.)	250
64. Dimensões da dignidade (cont.)	253
65. Dimensões da dignidade (cont.)	255
66. Dimensões da dignidade (cont.)	257
67. O Estado de Direito	257
68. O Estado de Direito democrático	266
69. Estado de Direito e Estado de Justiça.	270

TÍTULO III O REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

70. Os princípios	273
71. Os princípios como parâmetros de constitucionalidade	280
72. O art. 17. ^o e o regime dos direitos, liberdades e garantias	282

CAPÍTULO II PRINCÍPIOS COMUNS

§ 1.^o O princípio da universalidade

73. O princípio da universalidade	291
74. Princípio da universalidade e pessoas coletivas	295

§ 2.^o O princípio da igualdade

75. A igualdade em geral	299
------------------------------------	-----

76. O princípio da igualdade no Direito positivo português	306
77. Sentido da igualdade.	314
78. Igualdade e lei	322
79. Igualdade, administração e jurisdição	328
80. As discriminações positivas.	330
81. A igualdade entre os particulares	333

§ 3.º

O princípio da proporcionalidade

82. O princípio da proporcionalidade.	337
83. Campos de aplicação	343
84. Formas de violação.	346
85. O juízo de proporcionalidade	348

§ 4.º

O princípio da proteção da confiança

86. Segurança jurídica, proteção da confiança, boa-fé	351
87. Função legislativa e proteção da confiança.	355
88. Fiscalização da constitucionalidade e proteção da confiança.	361
89. Revisão constitucional e proteção da confiança.	362

§ 5.º

O princípio da eficácia jurídica

90. A aplicação imediata.	363
91. A vinculação das entidades públicas	368
92. A vinculação das entidades privadas	376
93. A preservação do conteúdo essencial.	388
94. Limites iminentes e restrições	393
95. A limitação recíproca dos direitos.	399

§ 6.º

O princípio da tutela jurídica

96. Acesso ao direito e tutela jurídica	403
97. A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais	405
98. A reserva de Constituição	413
99. A tutela jurisdicional dos direitos sociais	415

100. Atos jurídico-públicos e meios jurisdicionais	418
101. Os processos jurisdicionais do art. 20.º, n.º 5 da Constituição.	423
102. A igualdade perante a tutela jurisdicional	427
103. A tutela graciosa ou não contenciosa dos direitos fundamentais.	432
104. O Provedor de Justiça	436

§ 7.º

O princípio da responsabilidade civil do Estado

105. Evolução constitucional e legislativa.	443
106. O art. 22.º da Constituição	445
107. A responsabilidade por atos e omissões na função legislativa.	454
108. O regime da Lei n.º 67/2007	460

§ 8.º

Os direitos fundamentais como limites materiais de revisão constitucional

109. O art. 288.º da Constituição e os direitos fundamentais	467
--	-----

§ 9.º

O referendo sobre direitos fundamentais

110. Remissão	471
-------------------------	-----

CAPÍTULO III

O REGIME ESPECÍFICO DOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

§ 1.º

O princípio da reserva de lei

111. Liberdade e lei	473
--------------------------------	-----

§ 2.º

O princípio do sentido restritivo das restrições

112. A complexidade das restrições	475
113. As restrições das restrições	485

114. A afetação individual de direitos apenas verificados os pressupostos e com as garantias da Constituição e da lei	490
115. Auto-restrição e auto-suspensão de direitos	494

§ 3.º

O sentido excecional da suspensão

116. As situações de necessidade constitucional.	499
117. O regime da suspensão	506

§ 4.º

O direito de resistência

118. A autotutela mediante o direito de resistência.	517
119. O regime do direito de resistência	522

§ 5.º

Outros princípios e regras

120. A responsabilidade criminal por violação de direitos, liberdades e garantias	527
121. O regime reforçado dos direitos, liberdades e garantias do art. 19.º, n.º 6, da Constituição	530
122. Direitos, liberdades e garantias e órgãos independentes e consultivos da Administração.	532
123. O acesso a instâncias internacionais	535
124. A informação internacional pelo Estado português	537

§ 6.º

O regime orgânico

125. A reserva de competência legislativa do Parlamento	539
126. A competência internacional parlamentar	544

CAPÍTULO IV

**REGIME ESPECÍFICO DOS DIREITOS ECONÓMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

127. A exigência de efetivação pública	547
--	-----

128. O princípio da iniciativa social	552
129. O princípio da democracia participativa	553
130. A dependência da realidade constitucional	556
131. O problema do não retrocesso social.	559
132. Crise económico-financeira e situação de exceção	567
133. A relativa relevância das condições económicas dos titulares de direitos	571
134. A informação internacional	575
135. A proteção internacional.	576
136. A competência de regulamentação	576